

1 ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO
 2 ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO

3 Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às 8h30 na sala de
 4 reunião da SEMARH, o Vice Presidente do CERH **Marcelo Falcão Soares**, fez
 5 a abertura Oficial da 36ª RO e deu as boas-vindas aos conselheiros e
 6 convidados, explicou a ausência do Presidente do CERH, ressaltou a
 7 importância do Conselho e da participação de todos os conselheiros, e passou
 8 a palavra para o Secretário Executivo do Conselho. O Secretário Executivo do
 9 CERH **Aldo Azevedo** deu o bom dia a todos os conselheiros e convidados,
 10 apresentou a pauta da reunião, **1. Abertura 2. Ordem do dia: I. Aprovação da**
 11 **Ata da 35ª RO do CERH (SGD: 2018/39009/007320); II. Apreciação do Plano de**
 12 **Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o**
 13 **exercício 2019 (SGD: 2018/39001/000012); a) Minuta da Resolução CERH nº**
 14 **074/2018 (SGD: 2018/39009/007322); III. Apreciação do pedido de reconhecimento**
 15 **da Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Palma (SGD:**
 16 **2018/39001/000013); a) Minuta da Resolução CERH nº 076/2018 (SGD:**
 17 **2018/39009/007435); IV. Calendário das Reuniões para 2019; a) Minuta da**
 18 **Resolução CERH nº 075/2018 (SGD: 2018/39009/007324); 3. Palavra Livre 4.**
 19 **Encerramento.** Enfatizou a importância da Apreciação do Plano de Aplicação
 20 dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o exercício 2019,
 21 lembrou que no ano de 2018 houve a redução do repasse dos recursos para
 22 Fundo Estadual de Recursos Hídricos, de 45% para 25%. **Marcelo Falcão**
 23 **(NATURATINS)** anunciou a aprovação do primeiro ponto de pauta, Ata da 35ª
 24 RO do CERH (SGD: 2018/39009/007320). **Aldo (SEMARH)** deu continuidade na
 25 reunião, a próxima pauta discutida foi a II. Apreciação do Plano de Aplicação
 26 dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o exercício 2019
 27 (SGD: 2018/39001/000012), o Secretário Executivo informou que nas reuniões da
 28 Câmara Técnica foi elaborado um relatório técnico, posteriormente aprovado.
 29 **Davis (CI-LAGO)** solicitou que fosse feita uma apresentação da execução do
 30 Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos no
 31 ano de 2018. **Aldo Azevedo (SEMARH)** informou que ainda não foi feita a
 32 prestação de contas para a PGE, de acordo com o Plano de Aplicação de
 33 Recursos, o Secretário Executivo apresentou cada uma das ações realizadas
 34 no ano de 2018. **Davis (CI-LAGO)** questionou que a compensação planejada
 35 para a Fase D do Plano de Aplicação de Recursos de 2018 - fase que tratada
 36 Revisão das Outorgas para estabelecimento das regras de Operação e
 37 Controle, bem como do GAN para todo o Estado do Tocantins; está integrando
 38 o orçamento do ano de 2019. **Marcelo Falcão (NATURATINS)** explicou que
 39 devido uma ação judicial o NATURATINS atrasou na entrega de alguns
 40 produtos, atrasando a execução da Fase D do projeto. Conseqüentemente a
 41 execução da Fase D do projeto foi reavaliada e planejada para o ano de 2019.
 42 **João Carlos (SEFAZ)** perguntou se a problemática discutida na reunião da
 43 AGU e da PGE sobre a assinatura de convênio com a UFT para execução da
 44 Fase D, será definida com a solução apresentada. **Marcelo Falcão**
 45 **(NATURATINS)** esclareceu que essa responsabilidade judicial é da SEMARH e
 46 que o NATURATINS estaria viabilizando essa responsabilidade. **Aldo Azevedo**
 47 **(SEMARH)** acrescentou ainda que vai contatar os responsáveis, mas que a
 48 Fase D consta no Plano de Aplicação de Recursos de 2019 porque precisa ser
 49 assegurado caso haja algum imprevisto, informou ainda que se não houver
 50 nenhum imprevisto esse recurso será remanejado no plano de aplicação para

51 outra demanda. **João Carlos (SEFAZ)** solicitou que o Vice Presidente do
52 Conselho esclarecesse o funcionamento da integração dos sistemas de análise
53 de viabilização de outorga de recursos hídricos. **Marcelo Falcão**
54 **(NATURATINS)** explicou então que essa integração dos sistemas estará
55 disponível a todas as análises dos pedidos de emissão de outorgas referentes
56 ao estado do Tocantins, destacou ainda que esse é um ganho muito importante
57 para o estado do Tocantins principalmente na seleridade das análises das
58 outorgas. **Davis (CI-LAGO)** perguntou que se esse recurso, previsto para o
59 ano de 2019, para a Fase D não for utilizado, o Conselho deverá resolver para
60 qual ação o recurso deverá ser enviado. **Aldo Azevedo (SEMARH)** respondeu
61 a pergunta do conselheiro dizendo que se tomado esse caminho será solicitada
62 uma nova reunião com o Conselho para decidir qual ação esse recurso será
63 remanejado, ressaltando que esse recurso está previsto para fins de assegurar
64 a ordem judicial. O Secretário Executivo continuou explicando as ações
65 realizadas no ano de 2018 e salientou que o recurso que não foi utilizado no
66 ano de 2018 não entrará no orçamento do ano de 2019. **Maria Isabel (MPE)**
67 questionou por que não foi realizado o pagamento do recurso se o dinheiro já
68 estava previsto no fundo. **Aldo Azevedo (SEMARH)** falou que a decisão de
69 pagamento de processos é tomada por instâncias superiores do governo não
70 estando sob a decisão de sua Diretoria. **Itamar (CI-LAGO)** recorda que o
71 dinheiro está paralisado no fundo e questiona a possibilidade de utilização
72 desse recurso no próximo ano já que no ano de 2018 não foi utilizado. **Marcelo**
73 **Falcão (NATURATINS)** esclareceu que não depende da SEMARH e do
74 NATURATINS se ocorrerá ou não o pagamento, e lamenta que devido à
75 situação financeira do estado esse pagamento não foi efetuado. **Aldo Azevedo**
76 **(SEMARH)** ainda complementou que a atribuição da SEMARH é solicitar o
77 pedido de pagamento para o comitê gestor de acordo com o cronograma de
78 desembolso do recurso, o que foi feito. Ainda se manifesta falando que se não
79 utilizado o recurso do ano de 2018, quando o financeiro da SEMARH finalizar o
80 orçamento do ano de 2018, fará o pedido para assegurar que esse recurso
81 entre como restos a pagar processado para o próximo ano, não necessitando
82 ocorrer à espera da liberação do orçamento do ano de 2019. **Itamar (CI-LAGO)**
83 contestou a fala do Secretário Executivo do Conselho, pois a argumentação
84 utilizada não foi aceitável. Ele justificou dizendo não entender por que o recurso
85 não foi utilizado já que esse recurso está previsto somente para essa ação, e
86 argumenta dizendo que o estado necessita de ações voltadas aos recursos
87 hídricos devido ao cenário de estiagem em determinados períodos do ano.
88 Dessa forma, ele solicitou que o Conselho averigua-se com o governo do
89 Estado uma adequada resposta para a situação apresentada. **Itamar (CI-**
90 **LAGO)** apresentou o OFÍCIO DIR TEC CI LAGO Nº 009/2018 à plenária,
91 documento esse que sugere a modificação conceitual de alguns termos do
92 Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
93 para o exercício 2019. **Davis (CI-LAGO)** argumentou o pedido dizendo que o
94 documento solicita a inclusão dos Comitês de Bacias no Plano de Aplicação
95 dos Recursos para o ano de 2019, ele enfatizou que essa inclusão não
96 necessita de mudanças orçamentárias. **Itamar (CI-LAGO)** ressaltou que a
97 gestão atual do Fundo restrita somente para os servidores da SEMARH não é
98 suficiente para alcançar resultados, assim ele justificou o pedido solicitando
99 que o Plano de Aplicação do FERH a contemple a participação de membros
100 dos CBHs e de outros órgãos e que os membros das Comissões Pró-Comitês

101 possam participar de diversos eventos nacionais de interesse das bacias. **Aldo**
102 **Azevedo (SEMARH)** incluiu na proposta os membros de CBHs e de
103 colaboradores eventuais. Dessa forma, foi discutido o texto da proposta. O
104 Conselheiro **Itamar (CI-LAGO)** perguntou se quando se refere no texto à
105 aquisição de passagens se será necessário afirmar que quem irá receber
106 essas passagens é somente servidor da SEMARH. **Aldo Azevedo (SEMARH)**
107 fez a leitura da proposta do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo
108 Estadual de Recursos Hídricos para o exercício 2019 e explicou cada ação
109 proposta. **Asafe (CBHSAST)** perguntou se no Projeto Barraginhas as escolhas
110 dos locais serão, através do Comitê, a escolha dos locais críticos, ela
111 comparou com o Projeto de Recuperação de Nascentes. **Aldo Azevedo**
112 **(SEMARH)** respondeu que será priorizado os locais mais críticos sendo
113 previsto através do termo de cooperação com o RURALTINS, esse órgão que
114 define quais são as áreas que vão abranger o projeto com o apoio dos Comitês
115 de Bacias. **Davis (CI-LAGO)** enfatizou que os Comitês de Bacias necessitam
116 de mais recursos do que somente passagens e diárias, pois as atividades
117 destinadas aos comitês são atividades que necessitam de maior pesquisa de
118 campo. Ele ainda acrescentou que o decreto estadual que diz qual a
119 quantidade de água que se define como uso insignificante, deve ser definido
120 por bacia hidrográfica, e que o papel do comitê é regulamentar. **Aldo Azevedo**
121 **(SEMARH)** respondeu que concorda com a colocação do conselheiro, e disse
122 ainda que o papel da Câmara Técnica de Outorga é revisar legislações e
123 decretos, e o papel dos comitês é de acompanhar as discussões das Câmaras
124 Técnicas e regulamentar. Acrescentou que deve ser criada legislação
125 específica de Outorga para os Comitês de Bacias com as características de
126 cada bacia hidrográfica. **Eduardo (Instituto Ecológica)** sugeriu que os
127 Comitês de Bacias deveriam estar presentes em todas essas ações discutidas,
128 até mesmo em ações de Estruturação e Fortalecimento do Sistema Estadual
129 de Gerenciamento de Recursos Hídricos e que os Comitês de Bacias
130 necessitam de recursos básicos para exercer suas atividades. **Marcelo Falcão**
131 **(NATURATINS)** respondeu que essa decisão não cabe ao Conselho, mas que
132 a sugestão será avaliada. **Aldo Azevedo (SEMARH)** analisou e falou que no
133 caso sugerido deve-se dar prioridade para outras questões mais urgentes do
134 Comitê de Bacias. Próxima ação discutida Financiamento de Programas,
135 Planos, Projetos, Ações, Estudos e Pesquisas de Recursos Hídricos. O
136 conselheiro **Davis (CI-LAGO)** questionou para registro se está previsto a
137 retomada do processo de Convênio com a UFT para Execução da Fase D, que
138 esta paralisado atualmente. Pois o processo de convênio deverá ser retomado
139 para a aprovação no Plano da ação de pagamento da 3ª parcela do Termo de
140 Parceria 01/2017, para recuperação de 200 nascentes nas bacias hidrográficas
141 dos rios Formoso, Manuel Alves da Natividade, Lontra e Ribeirão Taquaruçu.
142 **Aldo Azevedo (SEMARH)** explicou que o processo de Convênio com a UFT
143 está paralisado por que o processo já excedeu seu prazo de validade, e que o
144 pagamento será necessário para a retomada das ações já que está previsto no
145 programa de desembolso do governo. Outro ponto analisado é que será
146 obedecida a ordem cronológica, se aprovado o pagamento da parcela no Plano
147 de Aplicação dos Recursos de 2019, será feito o pagamento da parcela do ano
148 de 2018 e a parcela do ano de 2019 será transferida para o próximo ano. O
149 conselheiro **Davis (CI-LAGO)** contestou perguntando se agora o que resta é
150 esperar a decisão do governo, já que a SEMARH já fez sua obrigação. **Aldo**

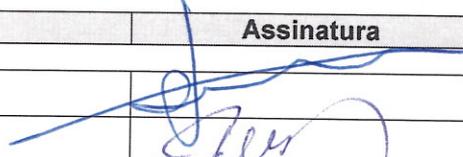
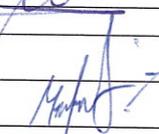
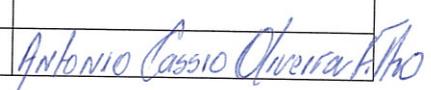
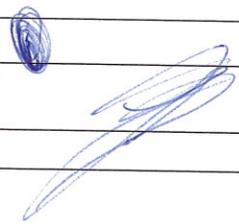
151 **Azevedo (SEMARH)** respondeu que o Secretário de Meio Ambiente e
152 Recursos Hídricos está levantando esse assunto com o Comitê Gestor, mas
153 que é necessário esperar a decisão do governo em virtude da situação
154 financeira do Estado. **João Carlos (SEFAZ)** questionou a necessidade de
155 recursos para os membros dos Comitês de Bacias. **Itamar (CI-LAGO)** afirmou
156 que o recurso discutido para os membros dos Comitês de Bacias será
157 necessário para suas devidas capacitações, ele indica que parte desse recurso
158 seja usada em palestras, fóruns entre outros. **Davis (CI-LAGO)** apoiou a
159 justificativa do conselheiro Itamar se posicionando que se não aceita a inclusão
160 dos Comitês de Bacias na gestão esses comitês não existiriam no ano de 2019
161 sem os recursos necessários para exercer suas atividades. **João Carlos**
162 **(SEFAZ)** revidou o posicionamento do conselheiro justificando que os comitês
163 existentes deverão ser fortalecidos, mas que não justifica restringir um recurso
164 para a suposta criação de um Comitê de Bacias em razão das restrições
165 orçamentárias enfrentadas no Estado, e que devido a isso não é necessário ter
166 recursos para passagens aéreas para esses membros. **Rosilene (SEDEN)**
167 afirmou que são dois casos descritos no Plano, um previsto na ação de
168 Estruturação e Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de
169 Recursos Hídricos para membros que não são servidores públicos e outro
170 previsto na ação de Fortalecimento da Educação Ambiental para servidores
171 públicos. **Marcelo Falcão (NATURATINS)** anunciou a aprovação do Plano de
172 Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o
173 exercício 2019, com alteração do item 3.3.3.90.33 e 3.3.3.90.36 da Minuta da
174 Resolução CERH nº 074/2018 (SGD: 2018/39009/007322) discutidas na plenária. O
175 Vice Presidente então deu continuação ao assunto de pauta III. Apreciação do
176 pedido de reconhecimento da Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do
177 Rio Palma (SGD: 2018/39001/000013). **Itamar (CI-LAGO)** apresentou o pedido e
178 explicou a justificativa de criação da Comissão Pró-Comitê da Bacia
179 Hidrográfica do Rio Palma, informou todos os trâmites realizados, como
180 elaboração de relatório e pesquisa de reconhecimento pela sociedade civil da
181 Comissão Pró-Comitê. Foi observado que existem conflitos na região,
182 observou-se também o período crítico de estiagem na bacia que apresenta
183 qualidade de água boa, fazendo-se necessária a criação dessa Comissão Pró-
184 Comitê. Resultando em um parecer realizado pela Câmara Técnica de
185 Assuntos Jurídicos informando a necessidade dessa criação. **Davis (CI-LAGO)**
186 perguntou quais os potenciais conflitos concretos enfrentados na região que
187 justifica a criação da Comissão Pró-Comitê. **Aldo Azevedo (SEMARH)**
188 respondeu falando que a Bacia Hidrográfica do Rio Palma apresenta grande
189 conflito de usuários de geração de energia de Pequenas Centrais Hidrelétricas
190 (PCHS), usuários do setor turístico com os usuários do setor da pecuária, ele
191 informou ainda que os usuários da região fizeram um ofício relatando o conflito.
192 Dessa forma a Comissão Pró-Comitê vem com o intuito de recuperar
193 nascentes e mata ciliar para resolver esses conflitos. **João Carlos (SEFAZ)**
194 enfatizou o cenário da região que apresenta conflitos locais independentes dos
195 conflitos apresentados. **Aldo Azevedo (SEMARH)** informou que o projeto
196 Barraginhas está tendo apoio da SEPLAN na construção de um mapa com a
197 localização das barraginhas, ele informou ainda que nessa região estão sendo
198 construídas aproximadamente 200 barraginhas por município. **Davis (CI-**
199 **LAGO)** questionou se na região existe algum planejamento para
200 implementação de outro instrumento como de planejamento, cadastramento ou

201 outorga, além do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Palma. **Aldo Azevedo**
202 **(SEMARH)** falou então que a responsabilidade da SEMARH é fazer o Plano da
203 Bacia e entregar para o comitê, e conforme o Plano o comitê discute quais são
204 as suas prioridades independente de estratégias de governo do Estado.
205 **Antônio (SEAGRO)** explicou a situação da nascente do Rio Palmeira em
206 relação à divisa com o Estado da Bahia em que se está fazendo um acordo
207 entre os estados de não ocorrer à divisão do rio em relação aos estados. Ele
208 perguntou se o Plano de Bacias está contemplando algum estudo de impacto
209 em relação ao divisor de águas não ser mais divisor de estado. **Aldo Azevedo**
210 **(SEMARH)** apontou que o Plano de Bacias foi bem elaborado e que achava
211 que o estudo de impacto já tinha sido contemplado no Plano devido a situação
212 ter acontecido na época de elaboração do Plano. **Itamar (CI-LAGO)** ressaltou
213 que se esse acordo entre os estados não ocorrer a administração do Comitê
214 passa a ser de esfera federal. **Aldo Azevedo (SEMARH)** complementou
215 apresentando a proposta do Estudo do Sistema Aquífero Urucuia (SAU), um
216 aquífero com uma fonte de recursos que percorre seis estados, a ANA achou
217 por bem pagar um estudo para os Estados terem um banco de dados para
218 elaborarem o Plano de Gestão Integrada. **João Carlos (SEFAZ)** adicionou
219 ainda que o Estado viabilizou um estudo de disposição hídrica do Rio Palma e
220 Palmeira para o desenvolvimento agrícola da região mas esse projeto não foi
221 realizado por inviabilidade técnica, porém esse estudo serviria de apoio para o
222 projeto discutido. **Marcelo Falcão (NATURATINS)** então anunciou a aprovação
223 do pedido de reconhecimento da Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica
224 do Rio Palma (SGD: 2018/39001/000013), após discussão na plenária da Minuta da
225 Resolução CERH nº 076/2018 (SGD: 2018/39009/007435). O Vice Presidente deu
226 continuação na reunião ao assunto de pauta IV. Calendário das Reuniões para
227 2019. Ele fez uma breve apresentação do calendário com as datas propostas.
228 **João Carlos (GRUPO RAIZ DA TERRA)** fez um questionamento sobre o
229 horário das reuniões que impossibilitam a participação de alguns conselheiros
230 que moram em outras cidades, e solicitou que esse horário volta-se a ser às
231 14h. **Aldo Azevedo (SEMARH)** informou que ocorreu a mudança de horário
232 devido à mudança ocorrida no estado em relação ao horário do expediente de
233 trabalhado, mas que vai analisar a observação. O Conselheiro **Davis (CI-**
234 **LAGO)** solicitou que a alteração das datas das reuniões fossem comunicadas
235 com quinze dias de antecedência, pois na 35º RO do CERH os Conselheiros
236 foram avisados da alteração da data da reunião 3 dias antes, impossibilitando
237 que os Conselheiros tomassem as devidas providências. Ela ainda apoiou a
238 colocação do Conselheiro João Carlos justificando que as outras instituições
239 têm dificuldade de cumprir o horário. **Marcelo Falcão (NATURATINS)** falou
240 que o Conselho vai analisar as observações discutidas a respeito do
241 Calendário das Reuniões. Anunciou a aprovação do Calendário das Reuniões
242 para 2019 através de votação após as devidas análises da Minuta da
243 Resolução CERH nº 075/2018 (SGD: 2018/39009/007324). O Vice Presidente do
244 CERH deu andamento a reunião seguindo para a pauta 3. Palavra Livre. **Maria**
245 **Isabel (MPE)** solicitou o registro em ata da abstenção da MPE na aprovação
246 do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
247 **Itamar (CI-LAGO)** ressaltou que o recurso demandado para os comitês no ano
248 de 2018 foram utilizados em outras ações o que impossibilitou uma maior
249 eficácia nas ações realizadas pelos comitês, e aguarda que o estado volte a
250 manter os projetos aprovados pelo conselho. Lembrou ainda que foi entregue

251 uma carta no fórum perante o governo para os candidatos, para que os eleitos
252 se comprometessem em cumprir com as perspectivas da Política Estadual de
253 Recursos Hídricos, carta essa que foi respondida mas que não atendeu ao que
254 se foi pedido. Dessa forma, foi protocolado um novo documento pedindo que o
255 governo do Estado fornecesse mais condições para a SEMARH e o
256 NATURATINS principalmente no trabalho de outorga. O conselheiro ainda fez
257 um pedido de ajuda na cobrança dessas ações. Ele enfatizou a importância de
258 se apoiar projetos como o Encontro Formativo previsto para o ano de 2019, e
259 para o ano de 2020 o maior evento no Brasil de Comitê de Bacias está previsto
260 para acontecer em Palmas. Projeto esses que devem contar com o devido
261 planejamento antecipado pela SEMARH, para isso o Conselheiro solicita a
262 formação de uma comissão local para fornecer suporte a esses eventos. O
263 Conselheiro **Davis (CI-LAGO)** acrescentou algumas informações sobre o
264 Encontro Formativo, é uma ação do Ministério do Meio Ambiente conduzido
265 pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional de
266 Recursos Hídricos que acontece a cada 2 anos, esse encontro tem em média
267 300 participantes os quais é priorizado a participação dos membros de comitês
268 de recursos hídricos dos estados do Brasil. Enfatizando assim a importância da
269 participação do CERH nesse evento na capital do Tocantins. **João Carlos**
270 **(SEFAZ)** adicionou que no evento dos Comitês de Bacias foi observada a
271 parceria de alguns estados na área que envolve recursos hídricos com o
272 ministério público estadual, o conselheiro então apontou a falta dessa parceria
273 aqui no estado do Tocantins, principalmente na situação do Rio Formoso,
274 sugerindo que o CERH aborda-se esse assunto. **Maria Isabel (MPE)** apontou
275 que a situação do Rio Formoso está sendo observada com cautela e que não
276 foi por uma negligência inicial do MPE que a situação se agravou, informou que
277 o MPE tentou realizar uma reunião com os agricultores da região porém, os
278 agricultores não cumpriam com as medidas estabelecidas, devido a isso foi
279 preciso impor uma medida mais rigorosa. Ela enfatizou a importância dessa
280 medida para se preservar o Rio Formoso, uma medida que cabia em última
281 instância mas, que foi necessária devido à falta de ação dos comitês. **João**
282 **Carlos (SEFAZ)** após a fala da conselheira ele ratificou sua colocação anterior
283 e sugeriu que uma aproximação das Câmaras Técnicas do MPE com as
284 Câmaras Técnicas do CERH para alinhar esses assuntos e facilitar a postura
285 do MPE, pois os resultados demonstrados pelo MPE em relação a esse
286 assunto não são suficientes. **Davis (CI-LAGO)** apontou que o Conselho
287 Nacional do Ministério Público aprovou uma recomendação para que os
288 ministérios públicos estaduais criassem grupos de atuação integrada na defesa
289 dos recursos hídricos. Dessa forma, ele sugere que o CERH fizesse um
290 documento para o MPE solicitando a resposta se o ministério irá criar o grupo
291 de atuação integrada na defesa dos recursos hídricos para manter a atuação
292 junto as Câmaras Técnicas do Ministério Público Nacional. O Vice Presidente
293 do Conselho **Falcão (NATURATINS)** finalizou a pauta de palavra livre e seguiu
294 com o andamento da reunião anunciando o Encerramento. Agradeceu a
295 presença dos conselheiros, parabenizou a presença nas reuniões do ano de
296 2018, e desejou um Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos os
297 participantes dando por encerrada a reunião.

Renato Jayme da Silva
Presidente

Aldo Araújo de Azevedo
Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Renato Jayme da Silva	
	Aldo Araújo de Azevedo	
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Marcelo Falcão Soares	
	Manoel Ribeiro de Souza Junior	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	José Augusto Bezerra Lopes	
	Dayana Aires Monteiro Cantuária	
Secretariado Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO	César Hanna Halum	
	Antônio Cassio Oliveira Filho	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN	Vilmar Carneiro Wanderley	
	Alan Rickson Andrade de Araújo	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINF	Marcus Carlos Costa Santos	
	João Carlos Farencena	
Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ	João Carlos Farencena	
	Linda Marta Arantes Beirigo	
Secretaria da Saúde - SESAU	Murilo Ribeiro Brito	
	Lisandra Pereira Pedro	
Procuradoria Geral do Estado - PGE	Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim	
	Sulamita Barbosa Carlos Polizel	
Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE	Vilma Ferreira de Oliveira	
	Francisco José Pinheiro Brandes Júnior	
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL do Estado do Tocantins	Dep. Valderéz Castelo Branco Martins	
	Dep. Elenil da Penha	
Comunidade Científica /UNITINS/UNIRG	Leda Veronica Benevides D. Silva	
	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - BRK Ambiental	Antonio Rodrigues da Silva Neto	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Concessionária de Fornecimento	Mauricio Teles Azevedo	

de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Miguel Pinter Júnior	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Carlos Ribeiro Soares	
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Maria Guanamar Soares de Souza	
	Antônio Batista de Sá	
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - CI - LAGO	Itamar da Silva Xavier	
	Davis Miranda de Souza	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO	Rodrigo Martins Ribeiro	
	Carlos Danger Ferreira e Silva	
Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR	Paulo Viniciu Matos Barreto	
	Pedro Alves da Silva	
Organização Não Governamental - ONG/IDAHRA/GRUPO RAIZ DA TERRA	Fernando Afonso Nunes Filho	
	João Carlos Lopes	

Instituições Ausentes

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – AL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET
Procuradoria Geral do Estado – PGE
Secretaria da Saúde – SESAU

SGD: 2019/39009/001828